



Coletânea da Jurisprudência

Acórdão do Tribunal de Justiça (Décima Secção) de 10 de novembro de 2022 — ITD e Danske Fragtmænd/Comissão

(Processo C-442/21 P)¹

«Recurso de decisão do Tribunal Geral — Auxílios de Estado — Setor postal — Compensação para a execução de serviço universal — Cálculo — Metodologia dos custos líquidos evitados — Tomada em consideração dos benefícios imateriais imputáveis ao serviço universal — Utilização dos fundos concedidos a título da compensação — Garantia que cobre os custos de despedimento de uma determinada categoria de trabalhadores em caso de insolvência do prestador do serviço universal — Repartição contabilística dos custos comuns às atividades abrangidas pelo serviço universal e às não abrangidas por esse serviço — Decisão que declara o auxílio compatível com o mercado interno»

1. *Recurso de decisão do Tribunal Geral — Fundamentos — Apreciação errada dos factos e dos elementos de prova — Inadmissibilidade — Fiscalização pelo Tribunal de Justiça da apreciação dos factos e dos elementos de prova — Exclusão, salvo em caso de desvirtuação — Fundamento relativo à desvirtuação dos elementos de prova — Necessidade de indicar de forma precisa os elementos desvirtuados e demonstrar os erros de análise que levaram a essa desvirtuação*

[Artigo 256.º TFUE; Estatuto do Tribunal de Justiça, artigo 58.º, primeiro parágrafo; Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça, artigo 168.º, n.º 1, alínea d)]

(cf. n.ºs 73-78, 84-137)

2. *Auxílios concedidos pelos Estados — Proibição — Derrogações — Empresas encarregadas da gestão de serviços de interesse económico geral — Compensação dos custos gerados pela missão de serviço público — Compensação dos custos de despedimento dos antigos funcionários em caso de insolvência do prestador do serviço universal — Admissibilidade*

(Artigo 106.º, n.º 2, TFUE; Comunicação 2012/C 8/03 da Comissão, ponto 21)

(cf. n.ºs 97-105)

3. *Auxílios concedidos pelos Estados — Conceito — Concessão de uma vantagem aos beneficiários — Garantia do Estado concedida a uma empresa sem contrapartida e que cobre as indemnizações por despedimento dos antigos funcionários em caso de insolvência da*

¹ JO C 382, de 20.9.2021.

empresa — Inclusão — Requisitos — Melhoria da situação financeira da empresa — Inexistência

(Artigo 107.º, n.º 1, TFUE)

(cf. n.ºs 113-115)

Dispositivo

- 1) É negado provimento ao recurso.
- 2) A ITD, a Brancheorganisation for den danske vejgodstransport A/S e a Danske Fragtmænd A/S são condenadas a suportar, além das respetivas despesas, as despesas efetuadas pela Comissão Europeia.
- 3) O Reino da Dinamarca e a Post Danmark suportarão as suas próprias despesas.